

Grandes

Temas da

Educação

Nacional 4

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2019

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Grandes Temas da Educação Nacional

4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional 4 [recurso eletrônico] /
Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Grandes Temas da Educação Nacional; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340190204

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Sousa, Ivan Vale de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste quarto volume do livro *Grandes Temas da Educação Nacional* as temáticas educativas são tomadas e apresentadas a partir do viés da diversidade de ideias inseridas em cada capítulo, podendo ser apreciadas pelos inúmeros e autênticos leitores das finalidades comunicativas que esta obra propõe: informar e revelar como as competências desenvolvem-se na interação com cada um dos textos que dão forma a esta coletânea.

As reflexões inseridas e propostas neste livro fazem jus à identidade da obra. Os temas são grandes porque promovem a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e criam um mosaico da educação nacional pela multiplicidade de ideias e argumentos produzidos por um grupo de pesquisadores comprometidos na função de estabelecer elos comunicativos e, ao mesmo tempo, apresentar as convicções formuladas no itinerário de realização dos eventos de aprendizagens propostos nos capítulos.

A identidade assumida por esta obra faz menção à grandiosidade do nosso país, porque revela nos vinte e um capítulos a aproximação entre as teorias e as práticas utilizadas por seus autores, pois ao colocarem-se na função de autoria, colocam-se também como leitores e interlocutores dos argumentos capazes de trazer outros leitores para o evento interativo da aprendizagem e desenvolvimento das habilidades necessárias: enxergar que cada texto é um texto e cada texto simboliza um evento de comunicação.

O autor do primeiro capítulo propõe elos dialógicos entre o gênero textual argumentativo *Artigo de opinião* e a obra *A Experiência do fora*, de Tatiana Salem Levy. Além disso, reitera que as marcas enunciativas no gênero de texto permitem ao sujeito a experiência e a defesa das ideias-chaves, tendo o texto como um processo de comunicação entre sujeitos. No segundo capítulo, as Tecnologias da Informação e Comunicação Móveis e Sem fio contribuem com o processo de aprendizagem significativa, pois consideram a importância da inserção dos recursos tecnológicos nas ações de ensino e aprendizagem.

As discussões propostas pelo terceiro capítulo, além de apresentar um panorama discente sobre o uso da webconferência, cumpre a funcionalidade de inserir as ações da educação a distância na orientação e aplicações futuras de aprendizagem em que a webconferência simbolize o meio dessa interação. No quarto capítulo, uma breve reflexão voltada à experiência de iniciação ao ensino de monitoria a partir do *Projeto Ato de fazer, Observar, Caminhar, Visitar, Ler e Expor o Desenho*, da disciplina Fundamentos do Desenho I e II, dos cursos de Artes Visuais, da Universidade Federal de Pelotas é apresentada ao leitor.

No quinto capítulo, a satisfação discente acerca do uso de flashes cards, como método, apresenta as intervenções de aprendizagem baseadas em problemas. O sexto capítulo preocupa-se no desenvolvimento da empatia em estudantes de medicina à luz das políticas de inclusão, baseando-se nas experiências que são apresentadas e

analisadas.

O sétimo capítulo parte do trabalho reflexivo com alunos de graduação de várias áreas como propostas de orientação de intervenção e reestruturação de praias, aproximando os saberes dos cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária, Geografia e Ciências Marinhas. No oitavo capítulo averigua-se a possibilidade de existência quanto ao plano da diferenciação significativa na análise de textos científicos.

As reflexões inseridas no nono capítulo correlacionam a didática utilizada no ensino de Finanças e Contabilidade. No décimo capítulo a temática da educação ambiental representa o ponto de partida no estudo e no combate à degradação urbana e ribeirinha como forma de estruturação dos cursos de artesanatos utilizando as cascas dos mariscos. Já o décimo primeiro capítulo, o ensino de biologia parte do levantamento e da análise dos Objetos de Aprendizagem, entre eles, uma incursão no site Rede Internacional Virtual de Educação (Rived).

No décimo segundo capítulo há uma proposta discursiva sobre o ensino híbrido no curso Técnico em Informática na modalidade semipresencial, apresentando os resultados na implantação dos modelos de rotação por estação e laboratório rotacional. No décimo terceiro capítulo o autor avalia a percepção dos professores do curso de Medicina Veterinária da Estácio à luz da utilização do Facebook como ferramenta auxiliadora das aprendizagens.

No décimo quarto capítulo o uso de portfólios é tomado como instrumento de aprendizagem na visão de alunos egressos do curso de Enfermagem, a partir da realização da pesquisa descritiva em uma abordagem qualitativa. O décimo quinto capítulo compartilha a prática em mediação que os alunos do curso Direito realizaram no Núcleo de Prática Jurídica da Unileão, além de demonstrar a relevância da formação profissional para atuação em novos métodos de resolução de conflitos.

No décimo sexto capítulo, os autores comparam os efeitos de dois tipos de som (música devocional/religiosa e ruído de estática) sobre a germinação de sementes de abobrinha italiana (*Curcubita pepo*). Já o décimo sétimo capítulo circunscreve-se ao aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa à luz dos domínios postulados por Pêcheux.

Um estudo da história das guerras a partir de jogos de simulação em tabuleiros históricos e geográficos é apresentado no décimo oitavo capítulo. São analisadas questões relativas às obras de José de Anchieta em Latim e na manutenção da latinidade do contexto do Brasil quinhentista, bem como da investigação do trabalho desenvolvido pelo filólogo e linguista Armando Cardoso, principal editor, no décimo nono capítulo.

No vigésimo capítulo, discute-se a origem do Grupo Experimental de Dança Da Silva, além de refletir de que forma a atividade corporal contribui para a desconstrução de padrões corporais sexistas, associados ao gênero feminino. Por fim, no vigésimo primeiro capítulo os autores examinam a poesia de Durvalino Couto a partir do plano da cognoscibilidade e na aproximação com a semiose dos signos verbais no poema.

Os muitos autores que constroem uma verdadeira cartografia de ideias nas páginas desta obra, permitem-se ser lidos e estudados por outros interlocutores de seus textos, pois é somente por meio da experimentação do texto como evento de comunicação e realização da linguagem que o convite a desbravar outros saberes é reinventado. Assim, deseja-se que cada leitor enxergue nos textos um reflexo da própria experiência e as razões para construir-se na aprendizagem e pela aprendizagem.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ARTIGO DE OPINIÃO E A EXPERIÊNCIA DO FORA: ELOS DIALÓGICOS	
<i>Ivan Vale de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902041	
CAPÍTULO 2	16
ADAPTAÇÃO AO U-LEARNING E O ALCANCE DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA	
<i>Márcia Cristina de Aquino Passos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902042	
CAPÍTULO 3	28
ENCONTROS SÍNCRONOS NA EAD: PANORAMA DISCENTE SOBRE O USO DA WEBCONFERÊNCIA	
<i>Sabrina Bleicher</i>	
<i>Giovana Schuelter</i>	
<i>Douglas Paulesky Juliani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902043	
CAPÍTULO 4	37
O DESENHO COMO DISPOSITIVO DE RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E MUNDO	
<i>Paula Renata Penteado Oliveira</i>	
<i>Alice Jean Monsell</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902044	
CAPÍTULO 5	42
SATISFAÇÃO DISCENTE ACERCA DO USO DO MÉTODO FLASH CARDS	
<i>Emanuely Thays Muniz Figueiredo Silva</i>	
<i>Adriane Feitosa Macêdo</i>	
<i>Yuri Torres Guimarães</i>	
<i>Márcio Roberto Pinho Pereira</i>	
<i>Sônia Leite da Silva</i>	
<i>Silvia Fernandes Ribeiro da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902045	
CAPÍTULO 6	48
DESENVOLVENDO EMPATIA EM ESTUDANTES DE MEDICINA ATRAVÉS DA INCLUSÃO	
<i>Silvia Fernandes Ribeiro da Silva</i>	
<i>Marina Arrais Nobre</i>	
<i>Luiz Vianney Saldanha Cidrão Nunes</i>	
<i>Rejane Maria Rodrigues de Abreu Vieira</i>	
<i>Rivianny Arrais Nobre</i>	
<i>Sônia Leite da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3401902046	

CAPÍTULO 7 55

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS DO MEIO AMBIENTE: ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS MARINHAS

Glacianne Gonçalves de Oliveira Maia
Lucas Barbosa Fernandes
Luis de Carvalho Feitosa Neto
Vitória Lima Tavares
Márcio Roberto de Paula da Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.3401902047

CAPÍTULO 8 63

A MODALIZAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE UM ARTIGO DE CIÊNCIAS HUMANAS E UM ARTIGO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Maria de Lourdes G. de Carvalho
Livia Oliveira Biscotto

DOI 10.22533/at.ed.3401902048

CAPÍTULO 9 71

APLICAÇÃO DO CASO ERON NA DIDÁTICA DO ENSINO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ednael Macedo Felix
Oderlene Vieira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3401902049

CAPÍTULO 10 88

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DEGRADAÇÃO URBANA EM COMUNIDADES CARENTES NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB

Maria da Conceição Castro Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.34019020410

CAPÍTULO 11 105

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS OBJETOS DE APRENDIZAGEM DE CONTEÚDOS DE BIOLOGIA NO RIVED

Rafael César Bolleli Faria
Valéria Cristina Barbosa Carmazini
Janaína Laira Freitas
Natália Miranda Goulart

DOI 10.22533/at.ed.34019020411

CAPÍTULO 12 123

OS MODELOS DE ROTAÇÃO POR ESTAÇÃO E LABORATÓRIO ROTACIONAL NO ENSINO HÍBRIDO DO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA SEMIPRESENCIAL: UM NOVO OLHAR DENTRO E FORA DA SALA DE AULA

Eliana Cristina Nogueira Barion
Nádia Cristina de Azevedo Melli

DOI 10.22533/at.ed.34019020412

CAPÍTULO 13 132

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA ESTÁCIO QUANTO À UTILIZAÇÃO DO *FACEBOOK* COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM EM UM CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL

William Volino

DOI 10.22533/at.ed.34019020413

CAPÍTULO 14 146

PORTFÓLIO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM VISÃO DE GRADUANDOS DE ENFERMAGEM

Ana Lívia Araújo Girão

Diane Sousa Sales

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas

Sherida Karanini Paz de Oliveira

Rhanna Emanuela Fontenele Lima de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.34019020414

CAPÍTULO 15 152

DESENVOLVIMENTO DA MEDIAÇÃO NA DISCIPLINA DE PRÁTICA REAL: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNILEÃO EM PARCERIA COM A CASA DE MEDIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Tamyris Madeira de Brito

Joseane de Queiroz Vieira

Zuleide Fernandes de Queiroz

Alcyllana Nunes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34019020415

CAPÍTULO 16 161

COMPARAÇÃO ENTRE OS EFEITOS DOS SONS DE MÚSICA DEVOCIONAL/ RELIGIOSA E DE RUÍDO DE ESTÁTICA SOBRE A GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE ABOBRINHA ITALIANA (*Curcubita pepo*)

Kátia Cristina Fontana

Claudio Herbert Nina e Silva

DOI 10.22533/at.ed.34019020416

CAPÍTULO 17 170

SENTIDOS E DISCURSIVIDADES SOBRE A CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO: O FUNCIONAMENTO DO UTILITARISMO EM SUGESTÕES LEGISLATIVAS

Éderson Luís Silveira

Wellton da Silva de Fatima

DOI 10.22533/at.ed.34019020417

CAPÍTULO 18 186

UM ESTUDO DA HISTÓRIA DAS GUERRAS (OU DA ESTRATÉGIA, OU DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS) ATRAVÉS DE JOGOS DE SIMULAÇÃO EM TABULEIROS HISTÓRICOS & GEOGRÁFICOS

André Geraque Kiffer

DOI 10.22533/at.ed.34019020418

CAPÍTULO 19	202
MONUMENTA ANCHIETANA, LATINIDADE E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO	
<i>Leonardo F. Kaltner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020419	
CAPÍTULO 20	220
EXPERIMENTANDO “DA SILVA”: DANÇAS E IGUALDADE DE GÊNERO EM GURUPI (TO)	
<i>Paulo Reis Nunes</i>	
<i>Claudenira Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020420	
CAPÍTULO 21	229
TRANSUASÃO E COGNOSCIBILIDADE NA POESIA DE DURVALINO COUTO	
<i>Feliciano José Bezerra Filho</i>	
<i>Josivan Antonio do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020421	
CAPÍTULO 22	241
ESTRATÉGIAS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA VIDEOAULA COMO RECURSO POTENCIALIZADOR DO APRENDIZADO	
<i>Jacqueline de Oliveira Lameza</i>	
<i>João Paulo Tenório da Silva</i>	
<i>Livia Moreira Quintana</i>	
<i>Lucas de Mattos Millan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020422	
CAPÍTULO 23	250
PÓS-GRADUAÇÃO EM CINEMA: UM ROTEIRO TEÓRICO-PRÁTICO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Francisco Carlos Tadeu Starke Rodrigues</i>	
<i>Guilherme Bryan</i>	
<i>Jacqueline de Oliveira Lameza</i>	
<i>João Tenório da Silva</i>	
<i>Lucas de Mattos Millan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020423	
CAPÍTULO 24	261
A ISO 9001 E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Francisco Carlos Tadeu Starke Rodrigues</i>	
<i>Jacqueline de Oliveira Lameza</i>	
<i>Leila Rabello de Oliveira</i>	
<i>Lucas de Mattos Millan</i>	
<i>João Tenório da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.34019020424	
SOBRE O ORGANIZADOR	272

SENTIDOS E DISCURSIVIDADES SOBRE A CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO: O FUNCIONAMENTO DO UTILITARISMO EM SUGESTÕES LEGISLATIVAS

Éderson Luís Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Wellton da Silva de Fatima

Universidade Federal Fluminense
Niterói - RJ

RESUMO: Este artigo se circunscreve ao aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, mais especificamente aquela filiada aos domínios inaugurados por Pêcheux (1969; 1975), na França, e desenvolvida por diversos pesquisadores também no Brasil. Objetivamos, desse modo, analisar como se apresenta discursivamente o debate sobre a proibição ou a continuidade dos cursos de Ciências Humanas em universidades públicas. Para tanto, recortamos enunciados de duas sugestões legislativas do site *e-cidadania*, instrumento oficial do *Senado Federal brasileiro*, para perceber como funcionam, em uma cadeia parafrástica, os sentidos sobre o público e o privado sobre determinados cursos e, além disso, o imaginário que se constitui sobre/ a partir d/eles. O corpus, portanto, constitui-se de sequências discursivas (COURTINE, 1981) sobre as quais incidimos nosso dispositivo de interpretação. Em busca disso, mobilizamos conceitos fundamentais da teoria à qual estamos filiados, tais como *efeito metafórico*

e *contradição* (PÊCHEUX, 1969), além do conceito de *ideologia* reconsiderado do ponto de vista da linguagem (ORLANDI, 1999).

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; Ciências Humanas; ideologia.

ABSTRACT: This article is insert to the theoretical-methodological apparatus of the French Discourse Analysis inaugurated by Pêcheux (1969; 1975), in France, and developed by several researchers also in Brazil. We aim, therefore, to analyze how discursively presents the debate about the prohibition or continuity of the courses of Human Sciences in public universities. In order to do so, we analysed up statements from two legislative suggestions of the e-citizenship website, an official instrument of the Brazilian Federal Senate, to understand the senses about the public and the private, about certain courses, and, in addition, the imaginary that is built on / from them. The corpus, therefore, consists of discursive sequences (COURTINE, 1981) on which we focus our interpretation device. In search of this, we mobilize fundamental concepts of the theory to which we are affiliated, such as metaphorical effect and contradiction (Pêcheux, 1969), as well as the concept of reconsidered ideology from the point of view of language (Orlandi, 1999).

KEYWORDS: Discourse Analysis; Human

1 | INTRODUÇÃO

Existe na Linguística, um movimento dinâmico que permite a presença de uma heterogeneidade abundante de agendas de pesquisa que projetam o campo de estudos da linguagem ao longo da história, produzindo conhecimentos, filiações e formas de objetificação daquilo que se detém analisar. Este artigo se circunscreve ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, mais especificamente, teorizamos a partir daquela inaugurada com os estudos de Pêcheux (1969) na França, e que se desdobrou e se desenvolveu, também no Brasil, com diversos autores como Orlandi (1987), Indursky (1992), Zandwais (1993), Leandro Ferreira (1994), Gallo (1994), Mariani (1996), Grigoletto (2005), entre outros.

Tendo em vista o supracitado, elegemos como objeto de análise duas sequências discursivas recortadas do site e-cidadania, pelo qual o Senado Federal brasileiro disponibiliza ao público uma escuta sobre suas demandas. Trata-se de uma tentativa de aproximação com o público a partir das comissões internas de legislação participativa. Nas nossas sequências, porém, materializam-se sentidos sobre um domínio específico: a maneira como a ciência, e mais restritamente as ciências humanas, são significadas no trabalho incessante da ideologia e a partir de um imaginário específico constituído por meio de determinadas redes de memória sobre o que é fazer ciência e, mais do que isso, sobre o que é fazer ciência hoje.

Com o objetivo de analisar a (des)ordem legislativa que surge a partir de sugestões de internautas, semantizando o objeto que nos interessa – os sentidos sobre as humanidades enquanto ciência –, procedemos à seguinte divisão para este trabalho: além desta apresentação, explicitamos fundamentos do terreno teórico oriundos da Análise de Discurso; em seguida, tecemos algumas reflexões acerca do nosso objeto e das condições de produção pelas quais ele se nos apresenta; mais adiante, mobilizamos os conceitos teóricos e o dispositivo de análise por nós construído, com vistas à observação dos modos de significação das ciências nos sites de legislação participativa; finalmente fazemos, também, algumas breves considerações finais.

Passemos, portanto, a tratar um pouco de teoria.

2 | A TEORIA QUE NOS ANCORA

Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras. (da perspectiva discursiva as palavras já são sempre discursos na sua relação com os sentidos) (ORLANDI, 2007, p. 15).

Na década de 1950 no Brasil havia uma inclinação preponderante ao sociologismo

no âmbito dos estudos da linguagem. Por sociologismo, Orlandi (2014) entende um modo de pensar questões linguísticas que coloca o político e o social como exteriores à linguagem e não como elementos constitutivos. Para a autora, é neste cenário que, ao não se considerar a contradição entre sociologismo e formalismo, mantém-se o simbólico fora do alcance do político. Pêcheux e Gadet (1977) inovam teoricamente neste sentido. Assim, o trabalho que considera a contradição do simbólico com o político produz uma des-subjetivação da teoria da linguagem e “[...] desloca a reflexão da linguagem de uma posição metafísica para uma posição materialista, que afirma a necessidade de considerar o que é propriamente linguístico” (ORLANDI, 2014, p. 25). Além disso, a inserção do sujeito, da história e da sociedade não os torna meros apêndices ou acessórios como vinha sendo feito pela Linguística ou pelas Ciências Sociais. Sob mesma égide, porém, noutra instância, podia-se notar a presença de um psicologismo, como bem pontua Orlandi:

Por outro lado, ainda como um efeito teórico-político complementar do sociologismo, na presença do formalismo, há um deslocamento para o psicologismo que aparece pela dominação cada vez maior da pragmática e do funcionalismo, como modo de não se tratar de um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, nas práticas de linguagem. Ou seja, introduz-se o sujeito e o ‘contexto’ na reflexão, mas privilegia-se a comunicação e o aspecto cognitivo de um sujeito das intenções e que não é determinado pelas condições de produção nem interpelado pela ideologia. Nesses casos, a relação com o contexto, nós diríamos a relação com a exterioridade, não é constitutiva, mas apenas correlata (ORLANDI, 2014, p. 25-26).

Outrossim, pensar a AD, que se situa a partir da filiação teórica a Michel Pêcheux, por via de sua instauração na França da década de 1960 até os dias atuais requer que seja apresentada a partir de três áreas (Orlandi (2014) menciona que não se trata de um entrelaçamento harmônico, pois são áreas com as quais a AD debate e se debate): a Linguística, tomando a língua a partir de sua própria ordem; a Teoria das Ideologias (materialismo histórico, ideologia), com as contribuições de Marx que considera que o sujeito faz história, mas esta não lhe é transparente - “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011 [1951-52], p. 25) - também que a ideologia está relacionada ao imaginário que relaciona o sujeito a condições materiais de existência; sendo também uma teoria de natureza psicanalítica na qual da Psicanálise advém a noção de sujeito dividido, atravessado pelo inconsciente.

Desse modo, sob a perspectiva da AD a ideologia está presente no discurso refletindo-se na exterioridade sendo, portanto, constitutiva das práticas discursivas. Ela permite a identificação do sujeito com a formação discursiva, pois se trata do efeito da relação entre sujeito e linguagem através da qual o sujeito acredita ter domínio de seu discurso, também a ilusão de que o sentido seria completo e que a linguagem seria transparente e inequívoca. As formações ideológicas, neste âmbito, se relacionam a posições de classe em confronto entre si. Pêcheux (1988 [1975])

afirma que palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as utilizam, sendo os sentidos, portanto, determinados, também, em referência a formações ideológicas nas quais estas posições se inscrevem (LEANDRO FERREIRA, 2001).

As condições de produção, então, constituem, com a linguagem, o sentido do texto, fazem parte da exterioridade linguística e, segundo Orlandi (1999) podem subdividir-se em: condições de produção em sentido estrito (relacionadas a instâncias enunciativas) e em sentido amplo (em relação ao contexto sócio-histórico-ideológico). Desse modo, a memória discursiva vai então se situar no âmbito da atualização de dizeres “[...] como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 19). Neste âmbito, se articula a um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes ou passados (MARIANI, 1996). Por isso, a noção de paráfrase se torna produtiva neste contexto, já que se trata de um

[p]rocesso de efeitos de sentido que se produz no interdiscurso, retorno ao já-dito na produção de um discurso que, pela legitimação desse dizer, possibilita sua previsibilidade e a manutenção no dizer de algo que é do espaço da memória (ver memória discursiva). A paráfrase é responsável pela produtividade da língua, pois, ao proferir um discurso, o sujeito recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente desfaz a associação entre paráfrase e polissemia (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 19-20).

Em relação à polissemia esta está associada ao deslocamento, a rupturas e a multiplicidade de sentidos e resulta em “[...] movimentos que afetam o sujeito e os sentidos na sua relação com a história e a língua” (ORLANDI, 1999). Para Leandro Ferreira (2001, p. 20) “[...] são os processos polissêmicos que garantem que um mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de significação”. O sujeito então é pensado na relação com a linguagem e com a história e não o centro de toda a enunciação, pois, sob a perspectiva discursiva na qual nos situamos para o presente trabalho, a subjetividade se desloca do eu em um movimento teórico no qual o sujeito tem como principal característica a incompletude, pois não é fonte do sentido e está integrado ao funcionamento do discurso, constituído a partir da relação com o outro.

Em Pêcheux (1969, p. 19) tem-se que “[...] o que dissemos antes nos faz preferir aqui o termo de discurso que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, mais geralmente, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B”. Diante disso, Orlandi (2016, p. 95) afirma que em sua leitura e teorizações tomou esta afirmação como uma definição e a desenvolveu “[...] levando em conta o que diz Pêcheux sobre os pontos A e B enquanto posições sujeito e não lugares empíricos”. No bojo de tais considerações, portanto, o sentido não existe por si mesmo, mas na relação com as condições de produção dos enunciados e muda a depender da formação ideológica de quem o (re)produz, no interior de determinações

histórico-sociais-ideológicas de significação.

3 | REFLEXÕES ACERCA DO OBJETO

Erwin Chargaff foi um bioquímico renomado que se dedicou ao estudo do DNA descobrindo as bases sob as quais se define o código genético por estabelecerem uma relação de complementaridade estereoquímica entre si. Faleceu em Nova York em 2002, aos 97 anos. Em sua biografia, intitulada *Le feu d'Héraclite (O fogo de Heráclito, tradução livre)*, ficou conhecido por expressar críticas ferrenhas aos modos de funcionamento da ciência. Numa das vezes em que foi entrevistado ele expressa um desejo de poesia, de mistério e de religiosidade que não poderiam ser supridos pelas ciências naturais citando inclusive que Newton, em horas de recesso, escrevia comentários sobre o profeta Daniel, o que caracterizaria um viés integral de busca por saberes diferentes, distinto da área científica de sua especialidade, característica que deixou de existir em cientistas posteriores. Na mesma entrevista, ele menciona:

Sabe, existem dois tipos de formações do pensamento. Uma é mecanicista, positivista, reducionista e expressa-se nas ciências naturais; a outra é o que chamaria de pensamento lírico e está morta desde que surgiu a primeira, tanto nos Estados Unidos quanto no resto do mundo. No século XVIII e até o século XIX, ela ainda existia na literatura alemã com Claudius, Höderlin e outros, e na literatura francesa, com Hugo, Baudelaire, Lautréamont e Rimbaud. Logo depois as ciências naturais interferiram, monopolizaram esta posição e, de certo modo, transformaram-na em uma religião dogmática na qual somos obrigados a crer.

Quando perguntamos individualmente aos cientistas “o que é a vida?” eles nos falam do que erige a vida e das reações ou fórmulas nas quais ela se reflete. Isto equivale mais ou menos a perguntar “o que é um livro?” e obter esta resposta: nós o decompomos, analisamos o papel, observamos as letras, suas semelhanças com outros elementos e com que tinta foram impressas – mas ignoramos o que está realmente dentro do livro. Isso vale também para as ciências naturais (CHARGAFF, 2010, p. 66).

O que o bioquímico em questão faz é assinalar a divisão frequente que parte de uma dicotomização entre o que é ciência e o que não é ciência. Trata-se de um corte epistemológico que se deu pelo modo como a ciência se desenvolveu no curso da história, momento mesmo em que essa divisão se naturalizou, aparecendo-nos, hoje mais do que nunca, como evidente. Mesmo se considerarmos que Chargaff parte de um campo que lhe é familiar, não considera múltiplas formas de fazer ciência. Ela está, inclusive associada a um tipo de agenda de pesquisa que formula resultados quantificáveis. Como a ciência se rende ao utilitarismo a ontologia do saber científico passa a considerar algumas áreas em detrimento de outras. Isso ocorre, para Ordine (2016), porque os saberes que não trazem lucro são considerados historicamente inúteis.

No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a literatura, a música e a arte (ORDINE, 2016, p. 12).

Sob este escopo de considerações, propor pesquisas que não objetivem lucros imediatos se articula a uma possibilidade de propor investigações livres de vínculos utilitaristas. Ordine (2016) se inspira numa citação de Pierre Hadot para quem a tarefa da filosofia “é mesmo a de revelar aos homens a utilidade do inútil ou, em outras palavras, ensiná-los a distinguir entre os dois sentidos da palavra ‘útil’”. Então, Ordine vai dedicar-se ao tema da útil inutilidade, aos efeitos desastrosos da lógica do lucro na educação, na pesquisa e nas atividades culturais para então chegar a reflexões acerca das ilusões do utilitarismo e seus efeitos na formação humana.

Porém, envoltos em uma lógica neoliberal, isso não ocorre sem consequências. E é aí que podem ser situadas as Ciências Humanas. Mas a lógica do lucro no campo da educação, da pesquisa e das atividades culturais em geral pode ser desastrosa inclusive se cientistas não assumirem um lugar de defesa da gratuidade do conhecimento e de investigações de qualidade em todos os âmbitos. Não se reivindica o caráter fundamental que investimentos que não trazem retorno financeiro ou imediato podem proporcionar aos seres humanos.

“No mundo em que vivemos, dominado pelo homo aeconomicus, certamente não é fácil compreender a utilidade do inútil e a inutilidade do útil (quantas mercadorias desnecessárias são consideradas úteis e indispensáveis?)” (ORDINE, 2016, p. 17). O que rege cada vez mais a economia e se estende para o âmbito da universidade é o argumento da inutilidade dos saberes que não trazem lucros imediatos ou “vantagens” rápidas e tangíveis em curto prazo, cada vez menor, asfixiantemente reduzido. Pesa-se e mede-se, assim, com base em critérios que privilegiam a quantitas.

A contradição estruturante do discurso da cientificidade baseada no lucro é que existe Um e a diferença, o que reflete nos modos de perceber o imaginário de uma forma de considerar a Ciência (ontologicamente) e os diversos modos através dos quais ela pode se manifestar no universo das práticas. Infelizmente, o reconhecimento de formas de saberes e práticas acadêmicas distintas se dão através de deslegitimações e hierarquizações. Assim, a formação discursiva da cientificidade reflete uma formação ideológica que produz a redução das ciências em geral à lógica do lucro e do retorno financeiro cada vez mais rápido museificando relações com as Ciências Humanas cuja lógica ruma noutra direção por causa da própria constituição epistemológica do campo mencionado. Desse modo, a diferença é silenciada e se impõe um trajeto uniforme motriz para que seja conferido às disciplinas acadêmicas o caráter de “cientificidade legítima”. Desse modo, para pensar a história, a sociedade e os sujeitos, a perspectiva discursiva pode ser uma saída. Isso porque ao perceber os acontecimentos sob um viés linguístico-discursivo a denominação de um acontecimento tende a prefigurá-lo discursivamente “[...] a dar-lhe forma e figura [...]. Mas esse movimento não tira

a opacidade do acontecimento, inscrito no jogo oblíquo de suas denominações” (PÉCHEUX, 1990, p. 20).

Sobre o neoliberalismo cabe destacar que se trata da escola de pensamento econômico surgida desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que se converteria na mais poderosa reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, surgida inicialmente na Europa Ocidental e, posteriormente, em solo norte-americano. O livro *O Caminho da Servidão* (2010 [1944]) é o texto fundador do neoliberalismo, cujo autor foi vencedor do Nobel de Economia em 1974 e é uma das principais referências teóricas na defesa do liberalismo econômico. Nele, Friedrich von Hayek defende que todo e qualquer tipo de intervenção econômica do Estado conduziria, fatalmente, ao totalitarismo. Para Brandão (2013) trata-se, por parte de Hayek, de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (BRANDÃO, 2013, p. 36).

Na prática, para Rodrigues e Mendes (2013, p. 9) o que o neoliberalismo faz é privilegiar “os interesses das classes dominantes, reduzindo a participação do Estado e favorecendo grupos privados em educação”. É preciso então considerar o neoliberalismo a partir de uma de suas facetas, a concorrencial, na qual o neoliberalismo de mercado se faz proeminente. Neste contexto, tanto escola quanto universidade passam a se sujeitar às leis do mercado. Há uma perniciosidade maior: ao invés de fornecer educação pública e gratuita, a ênfase recai sobre o ensino privado direcionado aos menos favorecidos, pois “[a]o Estado caberia apenas subsidiar a educação dos mais pobres, por meio de bolsas em escolas particulares, ou fazendo empréstimos aos estudantes para que eles paguem os seus estudos...” (MEKSENAS, 2003, p. 126). Por isso, escola e universidade se aproximam cada vez mais de serem empresas, que formam empreendedores e consumidores, onde a competitividade é estimulada sem respaldos. Sob esta lógica, as Ciências Humanas, portanto, não se encaixam, pois não visam lucro imediato. Escola e universidade passam, então a ser organizadas de acordo com os interesses das classes dominantes o que produz exclusões, segregações e divisões sociais oriundas do meio social caracterizado pela desigualdade.

A universidade pode ser inclusiva ao invés de excludente justamente quando não subjaz à premissa de somente preparar para o mercado do trabalho. Isso ocorre quando ela forma para a reivindicação de práticas igualitárias e tem por consequência a formação de cidadãos de direito e não apenas peças de engrenagens. O debate sobre estas questões não se rende a argumentos utilitaristas ou que visem lucros financeiros imediatos e é justamente este tipo de reflexão possibilitada pelas Ciências Humanas, que se voltam para observações acerca das formas pelas quais podem se manifestar os comportamentos dos seres humanos em sociedade.

Não se pode deixar de mencionar que a economia financeira entra com frequência em crise, o que é apresentado como útil nem sempre o é e, devido ao fato de que as formas de olhar para os seres humanos como objeto do conhecimento são múltiplas,

isso nos leva a caminhos que transcendem a objetificação das ciências naturais, o que não ocorre sem consequências (embora os “louros” do neoliberalismo apontem frequentemente na direção oposta):

Especialmente nos momentos de crise econômica, quando as tentações do utilitarismo e do egoísmo mais sinistro parecem ser a única estrela e a única tábua de salvação, é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida, numa vida fluida e dinâmica, numa vida orientada pela curiositas em relação ao espírito e às coisas *humanas* (ORDINE, 2016, p. 19, grifos do autor).

Não é de hoje que o campo das Ciências Humanas vem sendo deslegitimado historicamente e vem tendo seus sentidos esvaziados. Pensar a partir de uma perspectiva discursiva permite-nos mostrar o que está posto, o que se naturalizou, que silenciamentos e (des)legitimações aí vigoram no campo de formulação, (re)produção e circulação de enunciados no meio social.

A pergunta que este trabalho objetiva responder é: de que forma se pode contribuir, enquanto linguistas, para a compreensão desse imaginário, cujas condições de produção podem ser analisadas e explicitadas? A partir de tal questionamento, assinalamos que modos de conhecer se relacionam a uma exterioridade, ao social, à historicidade e pode permitir reflexões produtivas para exprimir reflexões que auxiliem a desnaturalizar conceitos, discursos e formas de olhar o mundo que nos cerca.

4 | NOSSAS ANÁLISES

Sejam, então, as nossas sequências discursivas (doravante SD):

SD1 – *são cursos baratos que facilmente poderão ser realizados em universidades privadas, a medida consiste em focar em cursos de linha (medicina, engenharia, direito e outros). Os cursos de humanas poderão ser realizados presencialmente e à distância em qualquer outra instituição paga.* (Disponível em <<<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=100201>>> Acesso em 12/06/2018 às 20:40h)

SD2 – *Assegura que cursos de Humanas poderão ser realizados presencialmente em universidades públicas, bem como cursos de linha (Medicina, Engenharia, Direito e outros). Optar por estudar em universidades públicas ou privadas deve ser uma escolha do cidadão.* (Disponível em << <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=101909>>> Acesso em 12/06/2018 às 21:13h)

As SD acima transcritas são, portanto, de duas sugestões legislativas diferentes: a primeira se refere à sugestão de uma posição-sujeito identificada à ideia de que os cursos de Ciências Humanas não devem ser oferecidos em universidades públicas; e a segunda se refere à sugestão de uma posição-sujeito identificada à ideia de que os cursos de Ciências Humanas podem ser oferecidos em universidades públicas ou

privadas.

A contraposição que se estabelece está dada não somente pela forma como, no corpo social, se contrapõem Ciências Humanas e Ciências Exatas – o que remonta a uma memória sobre o que é ou não é ciência, herança de um modo positivista de produção de conhecimento –, mas também pelas condições de produção no seu sentido *lato*. A SD2, recortada da sugestão legislativa mais aparentemente alinhada aos interesses das Ciências Humanas, doravante CH, surge cronologicamente depois e em resposta à sugestão da qual recortamos a SD1, estando, desse modo, uma em relação a outra – e não enunciadas independentemente.

Tendo em vista o funcionamento da ideologia, reconsiderada do ponto de vista da linguagem, tal como propõe Orlandi (1999), é possível perceber, pela formulação dos enunciados, a remissão dos efeitos de sentidos possíveis a partir das SD a duas formações ideológicas distintas. Buscando não um fechamento de tais formações ideológicas e sim um campo mais ou menos estável de circulação de sentidos aos quais possamos identificar as diferentes posições-sujeito que em nosso corpus comparecem, podemos dizer que há: 1 aquela formação ideológica posicionada contra as CH, cujas ideias parecem se delinear a partir de uma concepção neopositivista do que seja a ciência; e 2 aquela formação ideológica, doravante FI, posicionada a favor das CH, cujas ideias se mostram indiferentes à crítica que pesa sobre o fazer científico em humanidades.

No bojo da contraposição entre essas duas SD e, mais do que isso, do funcionamento ideológico que ali se inscreve, compreendemos que há uma disputa pela definição do que seja ciência e, em consequência disso, do que seja seu objeto. Em ambas as SD, citam-se três cursos: Medicina, enquanto ciência responsável pela saúde e questões inerentes a ela; Engenharia, enquanto ciência das engenhosidades, da transformação das coisas da natureza em coisa “útil”; e o Direito, como ciência daquilo que regula a sociedade atual – a lei.

Em SD1, o conhecimento em humanidades comparece como um saber cujo acesso – pelo menos o acesso à formação – deve ser pago. Para além do acesso a este conhecimento, e considerando-se a dimensão de produção e difusão do saber assumido pelas universidades brasileiras, compreendemos que também o acesso à própria produção desse conhecimento está em jogo. Dito de outro modo, se se quer estudar ou pesquisar nos domínios das CH, deve-se pagar por isso. Dessa forma, condiciona-se o acesso e a produção do saber em CH às leis do mercado.

Em SD2, no entanto, o enunciado em questão põe em circulação sentidos sobre a garantia dos cursos em CH na universidade pública. Nessa mesma SD, evocando a noção de cidadania, diz-se sobre a possibilidade de escolha, isto é, defende-se a ideia de que o cidadão deve escolher onde fazer o curso em CH, caso queira cursá-lo.

No cenário brasileiro, a ciência é desenvolvida quase exclusivamente pelas universidades públicas (vale a pena citar algumas exceções como os diversos Programas de Pós-graduação das PUC, pelo Brasil, e algumas instituições filiadas ao

INPI (Instituições de Pesquisa Não Acadêmicas Brasileiras)). A profissão de cientista sequer é reconhecida formalmente, resumindo o fazer científico aos professores universitários e programas de pós-graduação. Por efeito metafórico (PÊCHEUX, 1969), os dizeres enunciados em SD1 e SD2 tomam a universidade pública pela própria ciência. Isto é, ao dizer o que deve abarcar a universidade pública, delimita-se não somente seu escopo de atuação, mas sub-repticiamente significa-se aquilo que é ciência.

O que está em questão, no entanto, é a definição da ciência – e de seu objeto – não pela designação direta, mas por aquilo que ela não é.

Apesar de notarmos que a definição da ciência se constrói no discurso sobre as humanidades que comparece em nosso material de análise, notamos, também, que tal definição se dá no funcionamento de um processo discursivo mais complexo. Para perceber tal funcionamento, observemos a seguinte cadeia parafrástica que se desdobra, pela definição que se dá aos cursos em CH, na SD1:

1. Os cursos em CH são baratos;
2. Os cursos em CH podem ser realizados em universidades privadas;
3. Os cursos em CH podem ser realizados indiferentemente presencialmente ou à distância;
4. Os cursos em CH podem ser realizados em qualquer outra instituição paga.

Constrói-se, desse modo, e pela materialidade linguística que comparece no enunciado, a ideia de que os cursos em CH são baratos e por isso podem ser mais facilmente implementados por uma instituição privada. Além disso, os cursos em CH podem ser oferecidos em quaisquer modalidades – presencial, mas também à distância.

Ainda pela ordem da língua pela qual se constitui a SD1, os cursos em CH se contrapõem aos chamados cursos de linha. Pela contraposição que se estabelece, é possível chegar à afirmação de que, para SD1, os cursos em CH não são cursos de linha.

Em busca de perceber a construção desse referente discursivo – curso de linha – recorremos ao procedimento de uma cadeia de polissemia construída a partir da cadeia parafrástica pela qual se determina o referente “cursos em CH”. Observemos:

1. Os cursos de linha são caros;
2. Os cursos de linha devem ser realizados em universidades públicas;
3. Os cursos de linha devem ser exclusivamente realizados presencialmente;
4. Os cursos de linha devem ser realizados nas instituições não pagas.

É importante perceber que embora não esteja dito, nas SD analisadas, o que sejam, de fato, os tais cursos em CH, o mesmo não ocorre com os cursos de linha. Eles estão denominados: Medicina, Engenharia e Direito.

É desse modo, que podemos retomar algumas condições de produção para

fazer trabalhar as determinações que, pela cadeia acima exposta – intrinsecamente ligada a noção de não-dito (ORLANDI, 1999) – insurgem sobre os cursos de linha. Cursos como a Medicina, a Engenharia e o Direito surgem, portanto, como caros, como aqueles que devem ser realizados exclusivamente de maneira presencial e em universidade pública e não em universidade privada.

Mas o que a contraposição desses elementos diz sobre o modo de significar a ciência? Quais os sentidos possíveis para caro e barato? Ao necessitar comprar algo novo, qualquer cidadão comum procurará o preço mais barato e não o mais caro. Nesse caso, o barato surge como vantagem e o caro como desvantagem. Mas não são esses os sentidos para caro e barato que ali se colocam.

O sentido de barato que funciona em relação aos cursos em CH presentifica a ideia de algo desvalorizado – ou mesmo sem valor. De outro modo, o sentido de caro, atribuído aos cursos de linha, presentifica a ideia de algo a ser (mais) valorizado, patente de investimento.

Isso se dá, pois a contraposição entre CH e cursos de linha, sobretudo especificando quais sejam os cursos de linha, faz trabalhar uma memória sobre a própria constituição desses cursos “de linha” na sociedade brasileira. Há aí um embate de classe que sub-repticiamente se inscreve pela ordem da língua, produzindo efeitos de onde (talvez) não se espera: em sugestões legislativas sobre cursos em universidades.

Poderíamos, nesse sentido, indagar ao nosso corpus o que seriam, então, as Ciências Humanas. Isso porque os cursos de linha são denominados, especificados, mas as CH estão inscritas nas SD em um efeito de evidência. Trata-se de uma ilusão de que todo mundo sabe o que seja o fazer científico em humanidades.

Esse efeito de evidência pelo qual as CH são tomadas produzem um apagamento da pluralidade de fazeres científicos dentro deste campo. São produções que vão desde a História, perpassando a Filosofia e a Sociologia, até áreas como a Psicologia e a Linguística. Esse apagamento é função ideológica da FI na qual o enunciador de SD1 está inscrito, produzindo também efeitos sobre o enunciador de SD2.

O funcionamento ideológico que está aí patente, é desdobramento das ilusões constitutivas do sujeito que, a partir de suas posições, precisam esquecer, por exemplo, que a mesmo as CH – e seus objetos – podem ser tomados pela agenda utilitarista neoliberal produzindo, desse modo, não coisas a saber sobre algo, mas coisas úteis.

É aí que podemos apontar que o utilitarismo não é, como pudera pensar uma análise baseada simplesmente no conteúdo de um texto, simplesmente dada a partir da utilidade que algo possa ter no dia a dia (A lista de elementos úteis produzidas pelo saber aplicado em CH é incontável: mapas, roteiros, manuais de língua, dicionários, etc.). Ele está, de outro modo, inscrito a partir de um processo contraditório que presume não somente que algo possa ser útil de algum modo, mas que essa utilidade esteja a serviço do lucro.

Ao defender a ideia de que funciona a contradição nesse processo discursivo

que aqui expomos, estamos atentos ao funcionamento das formações discursivas em sua porosidade. A função ideológica pela qual se inscreve em SD1 também produz ressonância no modo de enunciar em SD2.

Isso se marca na ordem da língua quando, mesmo aparentando estar o enunciador de SD2 alinhado aos interesses da produção do saber em CH, a SD faz trabalhar uma diferença entre CH e cursos de linha a partir da expressão “bem como”. Tal expressão, no modo como se circunscreve ao processo discursivo ali em curso, faz com que o enunciador de SD2, ao ter que se submeter à ordem da língua para tomar a palavra e “defender” seu ponto de vista, “assuma” que as CH não são cursos de linha, aderindo à função ideológica que predomina a partir da FI à qual está identificado o enunciador de SD1.

Tal fato possibilita demonstrarmos, como defender AD, que o sujeito não tem controle sobre aquilo que diz. Isso porque para dizer, o sujeito deve se submeter à língua – sujeito, portanto – e à maneira como as condições de produção determinarão, pela ideologia, aquilo que é dito.

A determinação do que é ciência por aquilo que ela não é, produz-se, nesse contexto, pela disjunção lógica que se determina em algum momento da história de nossa formação social, naturalizando a diferença entre CH e, por exemplo, as Ciências Exatas, situando-as em lugares diferentes.

Esses lugares são constituídos, como temos demonstrado até aqui, no trabalho incessante da ideologia. Esta, por sua vez, ao funcionar regionalmente, permitindo tomadas de palavras a partir de posições-distintas, ganha espessura no contato entre formações discursivas – tal como se dá no site de sugestões legislativas – e são constituídas, também, por formações imaginárias.

É sobre o imaginário que constitui esses lugares e as memórias que retornam sobre o processo de significação deles que trataremos a seguir.

Retomando a cadeia parafrástica e a cadeia polissêmica de sentidos por nós organizada a partir das formulações de SD1 e SD2 tensionadas aos não-ditos que as constituem, duas disjunções, que funcionam diferentemente, nos chamam atenção: 1. o modo como se contrapõe o ensino presencial e o ensino à distância; e 2. o modo como intervém discursivamente a histórica contraposição entre o público e o privado.

Tensionadas as SD, o que se tem é o retorno de uma imagem de uma certa história recente do modo como se organiza a educação brasileira, incidindo diferentemente sobre esses dois enunciados. Com o advento da internet e da informatização, a educação à distância tem se mostrado uma alternativa cada vez mais sólida em relação à educação em presença física. Insiste, no entanto, sobre a educação à distância, a ideia de que ela seria mais fraca, menos rigorosa e, com isso, formaria pessoas menos capazes para atuar em seus campos.

Ocorre que se olharmos para o modo como a educação à distância se introduziu e se apresenta nessas suas primeiras décadas de funcionamento na educação brasileira, perceberemos que a grande maioria dos cursos disponíveis são cursos em

CH. Um dos motivos, é o fato de que tais cursos, por terem em sua grade grande maioria de disciplinas teóricas – e não práticas –, são possíveis no ambiente quase exclusivamente virtual.

Cientes da possibilidade de que a imagem que retorna sobre SD1 para fazer trabalhar os sentidos que são atribuídos à educação à distância, é uma imagem que desconsidera essas questões, apegando-se à ideia de que tal modalidade não produz bons profissionais, recai, novamente, sobre os cursos em CH, um sentido de desvalorização. Vale ressaltar que a questão do valor se constitui como um ponto importante no processo discursivo que se dá em SD1. Tal importância se coloca, na ordem da língua, pela necessidade de se marcar os cursos em CH como baratos, denotando que a preocupação com valores, gastos, etc. estão presentes. O que se pode compreender disso, é que, para a FI pela qual se identifica o enunciador dessa SD, a questão do valor é um determinante ao se tratar de ciência.

A segunda tensão por nós percebida – e que funciona discursivamente inscrevendo sentidos para as CH pela ordem da diferença em relação a outras ciências – é o modo como se coloca a questão do público e do privado.

Em SD1, como temos visto, aparentemente há uma posição-sujeito mais alinhada ao modelo neoliberal. Ao passo que em SD2, o que se marca, é a voz de uma posição-sujeito indiferente à crítica utilitarista que pesa sobre a produção científica em CH. A contradição que aí funciona, se dá de maneira muito particular na ordem da língua, demonstrando que a tomada da palavra, que requer uma submissão ao jogo da língua, demanda um sujeito à mercê das tensões pelas quais a história se constitui em seus atravessamentos.

Apesar de estar aparentemente alinhado às ideias neoliberais, o sujeito que diz em SD1 reclama a universidade pública na tentativa de restringir seu escopo de atuação. Coexistem aí as ideias da coisa pública, funcionando de maneira restrita, um antagonismo muito comum nos processos contraditórios da história brasileira. De modo quase inverso, o sujeito que diz em SD2, apesar de alinhado ao antiutilitarismo na ciência, considerada a indistinção entre público e privado no que se refere à produção científica. Público e privado, desse modo, se inscrevem contraditoriamente no processo discursivo pelo qual se apresenta a ordem legislativa brasileira.

Há no funcionamento das sugestões legislativas apresentadas à comissão de legislação participativa e circuladas pelo grande público no ambiente virtual, uma tendência ao sentido hegemônico – aquele do qual deriva a visão utilitarista sobre a ciência.

Tal percepção fica ainda mais latente ao retornarmos à SD2, para perceber que a formulação do item lexical “poderão”, em um enunciado alinhado aos interesses das CH, produz efeitos que talvez se quisesse evitar. Ao apelar para que se “assegure que cursos em Humanas poderão ser realizados”, reconhece-se – sem querer – que há uma subsunção das Humanidades à palavra de um outro – esse outro da ciência. É como se fosse necessário às CH, buscar o consentimento para que se “possa” existir

presencialmente, à distância, na universidade pública ou em instituição privada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A naturalização de que as Humanidades não seriam consideradas ciência sob um viés utilitarista remete a uma perspectiva que atrela ciência a possibilidades de lucro financeiro. Tal efeito de evidência pelo qual as Ciências Humanas são tomadas produz um apagamento de pluralidade de fazeres científicos, o que resulta em um apagamento atrelado a uma função ideológica na qual enunciadores se inscrevem produzindo também efeitos sobre outros enunciadores. É o caso das SD analisadas no presente trabalho.

Para que se dê o funcionamento ideológico patente em nossas análises, é preciso que haja um esquecimento, que se articula a ilusões constitutivas do sujeito, relacionado ao fato de que até mesmo as Humanidades, em certa medida, podem ser objeto de uso “úteis” e servir aos pressupostos da agenda neoliberal. Isso porque o utilitarismo não está então relacionado ao conteúdo de determinadas pesquisas, mas ao retorno financeiro imediato ou futuro que possam suscitar.

Dessa forma, a deslegitimação das Humanidades que permite a elaboração de uma sugestão legislativa que proponha que tais cursos somente existam no formato pago pressupõe que devam ser valorizados apenas os cursos cuja utilidade esteja a serviço do lucro e ao retorno financeiro, direta ou indiretamente. Então, mais do que desnaturalizar evidências historicamente (re) produzidas, é objetivo do presente texto apresentar de que forma funcionam, parafrásticamente, os sentidos sobre o público e o privado, sobre a utilidade do que é considerado inútil, incidindo principalmente na construção de imaginários acerca de cursos acadêmicos. Assim, a partir do recorte de enunciados de duas sugestões legislativas buscou-se mostrar como se apresenta discursivamente o debate sobre a proibição ou a continuidade dos cursos de Ciências Humanas em universidades públicas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CHARGAFF, Erwin. **Nenhum cientista sabe o que é vida**. In: BARLOEVEN, Constantin Von (Org.). Livro dos Saberes: diálogos com os grandes intelectuais de nosso tempo. Tradução Will Moritz. Osasco: Novo Século, 2010, p. 65-75.

COURTINE, Jean-Jacques. **Quelques problèmes théoriques et méthodologiques** em Analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, v. 62, p. 9-127, jun. 1981.

- GALLO, Solange Maria Leda. **Como apre(nder essa matéria?** 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GRIGOLETTO, Evandra. **O Discurso de Divulgação Científica:** um espaço discursivo intervalar. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho para a servidão.** 6. ed. Tradução Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes:** análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1985). 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso:** da ambiguidade ao equívoco. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Glossário de Termos do Discurso.** Porto Alegre: Instituto de Letras da URGs, 2001.
- MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011 [1951-52].
- RODRIGUES, Daniel Santini; MENDES, Jackeline Rodrigues. **O Ensino de Filosofia e a Cidadania:** uma análise a partir da LDB 9.394/96. *Revista Impulso*, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 7-19, jan./abr. 2013.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação:** introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil:** um manifesto. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio.** 6 ed. Campinas: editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. **Apontamentos sobre o discurso, imaginário social e conhecimento.** In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso.* Campinas: Pontes, 2016, p. 95-114.
- ORLANDI, Eni. **Ciência da Linguagem e Política:** anotações ao pé das Letras. Campinas: Pontes, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours.** Paris: Dunod, 1969.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? Équivalences**, Bruxelles, n. 2-3, 1977. [Tradução brasileira de Eni P. Orlandi. Há uma via para a Lingüística fora do logicismo e do sociologismo? *Escritos* (3). Campinas: Labeurb; Nudecri, 1998. p. 5-16.]

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

ZANDWAIS, Ana. **Formações discursivas da classe operária brasileira na primeira república**. 1993. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-234-0

